

Apareado
CONSTITUINTE

Montoro defende candidaturas

por Carlo Iberê de Freitas
de Brasília

A sociedade civil — instituições como a OAB, os sindicatos e até a CNBB — poderá aumentar sua participação na Assembleia Nacional Constituinte. O deputado João Gilberto (PMDB-RS) e o governador de São Paulo, Franco Montoro, defenderam ontem a eleição de candidatos avulsos à Constituinte. João Gilberto defendeu a tese na instalação da comissão mista incumbida de examinar a proposta do Executivo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

O governador paulista mostrou seu interesse pela idéia, em telefonema ao líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, que a princípio, endossa a idéia. Após falar com o governador, Pimenta da Veiga defendeu a tese, "porque seria a maneira de se corrigir a diferença provocada pela eleição proporcional", populosos estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, "em que elegem menos deputados do que deveriam". O líder do governo teme apenas que "ocorra uma corrida para aumentar o número de vagas". Franco Montoro, por telefone, disse ao deputado Pimenta da Veiga que "a princípio poderiam ser cem eleitos para todo o Brasil".

O critério para a regulamentação da candidatura, defendido por Franco Montoro seria o de que, se quinhentos eleitores assinassem um manifesto, isso viabilizaria uma candidatura. Pimenta da Veiga

lembrou que para fundar um partido bastam 101 assinaturas. O líder do governo prometeu estudar a idéia, não apresentando resistência à sua implantação e sugeriu ao governador conversar com algum deputado federal paulista, para que apresente emenda neste sentido à proposta de emenda à Constituição do presidente José Sarney que convoca a Assembleia Nacional Constituinte.

Na reunião que instalou a comissão mista, a idéia foi defendida pelo deputado João Gilberto, que demonstrou preocupação no sentido de que a convocação da Assembleia Nacional Constituinte "abra um abismo entre a vontade da sociedade civil e a vanguarda política" (congressistas). Segundo o deputado, nas reuniões com diversos setores sociais das quais tem participado, nota-se uma grande vontade destes setores em participar da elaboração da nova Constituição, mas não encontram espaço político dentro dos partidos.

Para o deputado, a eleição dos candidatos avulsos deve ser feita proporcionalmente à população absoluta de cada estado. São Paulo, por exemplo, poderia ter vinte representantes, número que iria diminuindo gradativamente. Pelos cálculos do deputado, o segundo estado em número de população, Minas Gerais, teria treze representantes avulsos. A viabilização da candidatura poderia ser feita "por entidades ou por assinaturas de 3 mil ou 5 mil eleitores", argumenta João Gilberto.

Na instalação da comissão mista foi nomeado vice-presidente o deputado Oscar Corrêa (PDS-MG). Fizeram uso da palavra o relator da comissão, deputado Flávio Bierrenbach, e seu presidente, senador Helvídio Nunes (PDS-PI). O senador salientou a importância da convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Para o País, "que após vários anos de governo autoritário vive um processo de transição, ainda iniciado naquele governo, de busca crescente do aperfeiçoamento das instituições".

Ainda na sessão de instalação, o deputado João Gilberto pediu ao presidente e ao relator da comissão que elaborem um cronograma, para que sejam ouvidos todos os segmentos da sociedade civil, mesmo no curto espaço de oito dias — tempo de funcionamento da comissão. A idéia foi aceita tanto pelo presidente quanto pelo relator, deputado Flávio Bierrenbach, que achou "uma idéia criativa". Na reunião, o deputado Siqueira Campos (PDS-GO) pediu a anulação do projeto do governo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte, e que a comissão mista elaborasse um projeto para a Assembleia Nacional Constituinte, além de convocá-la. A idéia foi amplamente rejeitada pelos membros da comissão.

avulsas

ANC 88
Pasta 08/85
029/1985

TIJ — Sexta-feira, 9 de agosto de 1985
a indústria
Maxitec
Revolução do futuro.